
JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Porto Alegre

Dominação e Modos de Organização Rural no Brasil

131

O texto analisa as formas de dominação no espaço agrário brasileiro ao longo do período contemporâneo, em particular a violência, o clientelismo, e a política de colonização de novas terras. Por outro lado, os modos de organização das populações rurais são enfatizados, sejam os movimentos sociais, seja o desenvolvimento

do sindicalismo rural e as recentes lutas sociais pela terra, pelo valor do produto e pelos direitos do trabalho. Como resultado desses conflitos agrários, conclui-se que os camponeses e trabalhadores rurais reivindicam um direito de cidadania na sociedade brasileira contemporânea.

ANALISAR os modos de organização dos agricultores na sociedade brasileira implica em precisar suas ações coletivas face às políticas agrícolas e agrárias que se têm sucedido neste século. Em particular, interessa-nos sublinhar as políticas agrárias, uma vez que pretendemos assinalar a constituição de um campo de conflitos agrários no Brasil atual, cujo embate principal situa-se ao nível da apropriação fundiária. Neste plano, estabelece-se uma permanente intervenção estatal, provocando como fenómeno estrutural que as diversas classes sociais sempre estão se referindo ao Estado. Trata-se, portanto, de compreender os modos de organização dos agricultores e definir assim um campo de posições políticas, no qual se fazem presentes as organizações sindicais e outras formas de ação coletiva.

No conjunto das organizações profissionais existentes no Brasil em 1988, abarcando todas as categorias profissionais, rurais e urbanas, tanto de empregadores quanto de empregados, a parte dos sindicatos rurais é impressionante: sobre um total global de 9.118 sindicatos, eles representam 49,2%, isto é, 4.483 sindicatos. Desse número, 1.751 correspondem

1. Introdução

às organizações patronais (19,2%) e 2.732 aos sindicatos de trabalhadores na agricultura, categoria que inclui os camponeses e os assalariados rurais (1).

Do lado do campesinato e dos trabalhadores agrícolas, encontra-se um esforço coletivo para se constituírem enquanto atores sociais, definindo reivindicações ao nível de direitos de cidadania. Trata-se fundamentalmente de uma luta social contra as políticas agrárias do Estado brasileiro, que sempre serviram a manter a estrutura fundiária concentrada. A política agrária implementada desde os anos de 1930 privilegiou sobretudo a colonização de novas terras, forjando vários ciclos de colonização agrícola, processo que provocou uma importante transferência de populações rurais e urbanas para as regiões Centro-Oeste e Norte; um dos mais importantes efeitos desse processo de colonização programado pelo Estado foi tentar desmobilizar as ações coletivas das forças sociais rurais, tanto nas regiões de origem quanto nas regiões de destino, funcionando no limite como uma estratégia de disciplinarização da classe dos trabalhadores rurais e dos camponeses (Tavares dos Santos, 1990).

2. As formas de dominação no campo

Acompanhemos inicialmente a trajetória das organizações sociais das classes dominantes, grandes proprietários rurais e empresários agrícolas. A fundação de suas organizações data do século XIX, quando se tratava de programar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A burguesia cafeeira de São Paulo formou associações para promover a vinda de imigrantes europeus a fim de trabalhar nas fazendas sob o regime do colonato (Souza Martins, 1986). Representantes da mesma classe social organizam a Sociedade Nacional da Agricultura em 1897, com o objetivo explícito de lutar pela criação do Ministério da Agricultura: queriam ter um interlocutor ao nível da política agrícola, para garantir subvenções de crédito e também preços favoráveis de comercialização; pretendiam ainda assegurar a defesa da propriedade fundiária e da livre empresa (Gomez). Em 1919 foi organizada a Sociedade Rural Brasileira, para proteger a produção e a comercialização do café e da carne, portanto já possuindo uma intenção de estimular a diversificação da produção agrícola.

Desta forma, a fundação de sindicatos rurais patronais data do início do século XX: até 1930, foram organizadas 18 organizações sindicais da burguesia agrária; entre 1930 e

(1) *Sindicatos: Indicadores Sociais*, p. 10.

1950, registram-se outras 72; mas é realmente entre 1951 e 1970 que o número aumenta, pois houve 234 sindicatos patronais organizados entre 1951 e 1960, e 755 entre 1961 e 1970. Na década seguinte foram estabelecidas 311 organizações, enquanto que até 1988 temos mais 176. Chegasse assim a um total de 1.751 organizações patronais no setor agrícola em 1988⁽²⁾.

Tais informações nos revelam que durante o período transcorrido entre 1930 e 1950 não se registraram grandes mobilizações ao nível sindical das classes dominantes no campo. Isto pode se explicar pela ação favorável do Estado aos seus interesses, garantidos mesmo sob o impacto da urbanização e da industrialização do País. Somente em 1950 será organizada a Confederação Nacional da Agricultura, com uma rede de federações estaduais e de sindicatos municipais.

Por outro lado, mesmo fazendo parte das elites dominantes brasileiras, os grandes proprietários e empresários rurais buscam o reconhecimento societário de uma identidade moderna, realizando até mesmo estratégias de reconversão social para efetivá-lo, tarefa que não é fácil devido ao componente conservador da ordem no meio rural, no qual se inclui o recurso à violência para defender a propriedade privada da terra. Isto porque as formas de dominação que prevalecem desde o fim da escravidão constituem-se pela política de clientela e pela violência costumeira e política.

A política de clientela configurou-se, desde o início do século, na I República, pelo coronelismo, ou seja, o resultado de um acordo que se dava pela superposição das formas de representação eleitoral a uma estrutura social agrária altamente concentrada. Configurava-se um sistema de reciprocidades entre o Estado e os chefes políticos locais e regionais: se o proprietário fundiário podia oferecer os votos das populações rurais aos políticos dos centros urbanos, era porque recebia benefícios estatais para redistribuí-los aos seus eleitores; paralelamente, as redes de compadrio e a mencionada redistribuição de serviços públicos propiciavam-lhes a manutenção do poder local e o controle político das clientelas (Nunes Leal, 1975; Pereira de Queiroz, 1976). Uma vez que esta forma de dominação retira seus fundamentos da propriedade fundiária, como particularmente demonstrado

(2) Sobre 185 destas organizações não há dados relativos à respectiva data de fundação. Cf. *Sindicatos*, p. 31.

pelo caso do Nordeste, analisado por Garcia Jr., e visto que a urbanização e a industrialização não alteraram aquele padrão de estrutura agrária, as modificações ulteriormente advindas foram secundárias. Consistem principalmente em efeitos oriundos de uma crescente intervenção do Estado na economia agrária, a qual introduz um novo personagem entre os grupos dominantes locais, o funcionário. Entretanto, isto não impediu que se produzissem estratégias de reconversão recíproca, uns se apropriando da terra por compra ou por titulação, outros passando a ter postos em organismos públicos, para o exercício da dominação ao nível local; isso ocorreu sobretudo em áreas de maciça intervenção estatal, como no Nordeste, no Centro-Oeste e na região Amazônica. Deve-se, enfim, reconhecer que o clientelismo permanece uma forma de dominação presente no meio rural brasileiro, somente cedendo passo à violência. Antes disso, verifica-se que foi exatamente contra a dominação por clientela que se desenvolveu a história das organizações políticas e sindicais dos camponeses e trabalhadores rurais.

3. A formação do sindicalismo dos trabalhadores rurais e dos camponeses

As formas de protesto rural no Brasil pós-escravista sucederam-se desde os movimentos messiânicos até o banditismo social, mas foi apenas nos anos de 1950 que chegaram a uma configuração política de maior expressão⁽³⁾. Observando o período de fundação dos atuais 2.732 sindicatos de trabalhadores rurais e de camponeses, havia somente 3 organizados até 1950, e não mais que 13 até 1960. Assim, será durante a década de 1960 que começa a expansão do sindicalismo dos trabalhadores no campo: 1.032 organizações foram fundadas entre 1961 e 1970, e outras 1.211 entre 1971 e 1980, mais cerca de 379 até 1988⁽⁴⁾.

A primeira parte da história do sindicalismo de trabalhadores na agricultura, que somente poderemos esboçar nos limites desta comunicação, corresponde ao período da República Populista (1945-1964). Vimos acima que até os anos 50 somente são registradas três organizações de trabalhadores rurais (Sindicato de Campos, Rio de Janeiro, fundado em 1938; de Ilhéus e Itabuna, na Bahia, de 1952; e de Barreiros, em Pernambuco, datando de 1954). Não obstante, nesta década os camponeses começam a definir seus programas de modo independente de seus aliados

⁽³⁾ Cf., entre outros, Souza Martins, 1981: 21-102.

⁽⁴⁾ Faltam informações sobre 94 sindicatos de trabalhadores na agricultura (*Sindicatos*, 1989:31).

urbanos, com uma crescente capacidade de articulação ao nível nacional.

Relembremos alguns marcos dessa trajetória. Em 1954, com a importante participação de membros do Partido Comunista Brasileiro, foi fundada a ULTAB-União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, consistindo na primeira tentativa para difundir as reivindicações ao nível nacional, já então aparecendo a luta por uma reforma agrária (Medeiros, 1989: 26-34). Um ano mais tarde, os camponeses do Nordeste começam a se reunir nas Ligas Camponesas, a partir de Pernambuco para atingirem o resto do País até 1964, quando são reprimidas pelo Golpe de Estado (Bastos, 1984). Em 1959 a Igreja Católica entra em cena, com o Movimento de Natal, Rio Grande do Norte, cujo objetivo era a formação de sindicatos rurais. No Sul, já em 1957 a "Revolta de Capanema", no sudoeste do Paraná, marcava uma importante luta pela terra; a mesma reivindicação seria renovada três anos mais tarde pelo MASTER-Movimento dos Agricultores Sem-Terra, no Rio Grande do Sul.

Desde o início dos anos 1960, portanto, aumentava a envergadura das lutas sociais no campo, e as forças sociais que compunham as raízes do atual movimento sindical travavam um embate político em torno da representação sindical. As palavras do principal personagem das Ligas Camponesas são eloquentes: "Do mesmo modo que o Sindicato luta pelo salário, a Liga luta pela terra; o salário é um copo d'água, a terra a fonte que enche o copo; o salário é uma promessa, a terra um milagre; o salário uma esperança, a terra a liberdade" (Julião, 1968: 159). Ou seja, todas essas forças políticas — a ULTAB, as Ligas Camponesas, o MASTER, a Igreja Católica e representantes do Estado Populista — participam do 1.º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, em 1961, que vai definir novamente a Reforma Agrária como principal reivindicação do movimento. O sindicalismo dos trabalhadores rurais começou nesta época a se desenvolver, ao mesmo tempo que as greves dos assalariados rurais cresciam em intensidade.

Em dezembro de 1963 foi fundada a CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, destinada a desempenhar um papel decisivo na estruturação das lutas agrárias. Durante este período os camponeses e os trabalhadores rurais emergiram como novos atores sociais na sociedade brasileira, e conseguem até mesmo a aprovação

no Parlamento de duas legislações que lhes são parcialmente favoráveis: o Estatuto do Trabalhador Rural (em 1963), que regulamentou os direitos do trabalho e as normas da organização sindical; e o Estatuto da Terra (em 1964), estabelecendo uma legislação ambígua, pois regulamentava tanto a reforma agrária quanto a colonização das novas terras. Na verdade, nessa conjuntura do início dos anos 60 o regime populista forjava um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo cuja estratégia baseava-se em uma redistribuição da terra, da renda e da tecnologia rural. Assim, a expansão do sindicalismo dos trabalhadores na agricultura deveria incorporar as massas rurais às redes de poder político populista a fim de impedir que os grupos rurais articulassem iniciativas mais autônomas. Em outras palavras, o sindicalismo dos trabalhadores na agricultura apresenta desde seu nascedouro uma ambiguidade fundamental: ou servir à representação dos interesses das classes subalternas rurais brasileiras, ou reafirmar as estratégias de cooptação por clientela orquestradas pelo Estado (Ianni, 1975: 124).

A segunda etapa da história recente do movimento sindical dos camponeses e trabalhadores rurais desenvolve-se sob o regime militar, instaurado em 1964 e tendo se mantido até 1984. A brutal repressão exercida sobre as organizações existentes, tanto pelos grandes proprietários fundiários quanto pelas Forças Armadas, atingiu diretamente a Confederação Nacional, cuja direção foi substituída por um interventor, assim como vários dirigentes locais foram aprisionados e torturados. O regime militar instaura então um modelo de modernização das grandes e médias propriedades agrícolas, ao mesmo tempo que programa a política de colonização da região Amazônica. Para participar desta nova ocupação econômica da Amazônia, vários capitalistas organizaram a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, "de modo a se beneficiarem dos incentivos governamentais, pressionando os órgãos públicos a privilegiarem o setor de investimentos que mais lhes interessava inicialmente, a pecuária" (Pompermayer, 1982). Em termos da política agrária, esta Associação propunha a colonização particular das novas terras amazônicas ao redor dos grandes projetos de agropecuária, estratégia aceita e seguida pelo regime militar entre 1975 e 1984. Entretanto, os militares não deixaram de reutilizar a política de clientela, cujo eixo básico foi o FUNRURAL, desde 1971, ou seja, a tentativa de controlar as populações rurais pela atribuição de funções

assistenciais aos sindicatos de pequenos proprietários e assalariados rurais.

Todavia, a resistência a esta política de colonização agrícola e de clientelismo não esmoreceu durante a década de 1970. Já em 1968, houve novas eleições para a CONTAG, tendo sido eleita uma diretoria comprometida com as reivindicações dos trabalhadores rurais. O movimento sindical rural ampliou-se e organizou o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, reunindo sindicatos de todas as regiões do País. Mais tarde, em 1975, foi organizada a Comissão Pastoral da Terra, a partir de uma experiência de missionários e agentes pastorais na Amazônia, a qual se tornaria uma importante força de mediação e apoio às lutas sociais no campo. Desta forma, por ocasião do III Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília em 1979, delegados de dois mil e quinhentos sindicatos pediam uma reforma agrária imediata, massiva e radical. Desde então, o movimento sindical dos trabalhadores na agricultura passou a desenvolver uma prática mais próxima dos problemas dos trabalhadores, tentando mobilizações efetivas e ligando as ações sindicais com as questões do conjunto da sociedade (Morais, 1990: 34).

Relembremos, pois, duas datas reveladoras das transformações dos modos de organização das populações rurais. Em 1955 formou-se a Liga Camponesa do Engenho da Galiléia, em Pernambuco, agrupando cerca de 1.000 foreiros. Três décadas mais tarde, em 1985, realizou-se em Brasília o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, reunindo 4.100 delegados de 2.600 sindicatos e de 20 federações, representando cerca de 8 milhões de camponeses (pequenos proprietários, pequenos arrendatários, meeiros, colonos e posseiros) e trabalhadores assalariados rurais, permanentes e temporários. Definiram uma vez mais sua principal reivindicação: "que o governo tome a imediata decisão política de implantação da Reforma Agrária, anti-latifundiária, ampla, massiva e imediata, com a participação e controle dos trabalhadores rurais e seus órgãos de classe" (*Anais*, 1985: 75).

Pode-se, então, reconhecer a emergência e consolidação de um movimento social de camponeses e trabalhadores rurais: consiste no produto da multiplicidade de lutas sociais que se organizam em todas as regiões brasileiras. Tais lutas sociais podem ser ordenadas segundo três eixos principais, os quais somente podemos indicar em termos sumários.

Primeiro, as lutas dos assalariados agrícolas, permanentes e temporários, que reivindicam melhorias salariais, condições de trabalho mais adequadas bem como o respeito à legislação trabalhista. Tais ações coletivas têm sido organizadas por sindicatos locais, sobretudo nas regiões da grande produção: as zonas cafeeiras (em São Paulo e no Paraná), de cana-de-açúcar (em São Paulo, Rio de Janeiro e na Zona da Mata Nordestina), de produção de cacau (no Sul da Bahia) e de plantação de laranja (em São Paulo) (Sigaud, 1980; D'Incao, 1984). De modo significativo, foi formada recentemente uma federação de trabalhadores assalariados em São Paulo, distinta da federação que congrega pequenos produtores e trabalhadores na agricultura.

O segundo eixo refere-se às lutas sociais desencadeadas em torno das condições de comercialização dos produtos agrícolas, cujas reivindicações recorrentes são: melhores preços para os produtos agrícolas; transparência nos critérios de classificação das matérias-primas pelas agro-indústrias; e exigência de uma redução nos preços dos insumos de origem industrial. Tais lutas pelo valor do produto são protagonizadas por pequenos e médios produtores, organizadas por sindicatos locais, desde a metade dos anos de 1970, nas regiões meridionais do País (Tavares dos Santos et al., 1989). Dentre os múltiplos efeitos dessas mobilizações, deve-se lembrar a pressão no sentido de os sindicatos passarem a desenvolver uma ação mais representativa. Por isso, nos lugares onde isso não ocorreu os camponeses organizaram associações de produtores, como por exemplo no Sudoeste do Paraná e no Estado de Rondônia. Além de iniciativas de ordem econômica, tais associações começam a romper a dependência dos pequenos produtores face aos comerciantes locais, chegando a assumir um papel de representação política de seus associados diante das agências estatais. Em uma outra situação, o mesmo fenômeno acontece: trata-se de camponeses que têm vínculos contratuais, verbais ou escritos com agro-indústrias, de cujas lutas sociais também resultaram novos modos de organização, sendo notável a formação de sindicatos regionais por produto, tal como o sindicato dos produtores de fumo, criado no Rio Grande do Sul em 1989.

O terceiro eixo consiste nas lutas pela terra, protagonizadas por vários tipos de agricultores: a categoria política dos camponeses sem terra (constituída por vários grupos sociais: posseiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos

de minifundistas e assalariados temporários); e os vários grupos de camponeses ameaçados de expulsão pela construção de barragens hidro-elétricas (como tem ocorrido no Bahia, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em Rondônia). As formas de mobilização mais acentuadas são os acampamentos à beira das estradas e as ocupações de terras públicas e de terras privadas improdutivas. Porém, em todas as situações os sindicatos e federações foram suplantados pelas comissões de base, apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra. Em 1984 foi mesmo organizado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo como uma das principais formas de mobilização a ocupação de terras e os acampamentos, tanto nas estradas quanto nas capitais; este Movimento realizou um primeiro Congresso Nacional em 1985 e um segundo em 1990, contando já com uma ampla ressonância no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste.

Em termos globais, pode-se perceber que as diversas lutas sociais no campo desencadearam mutações no sindicalismo de trabalhadores rurais, no sentido de que superassem as visões assistencialistas, submissas às políticas de clientela e de cooptação estatal, e passassem a desenvolver um sindicalismo reivindicativo. Ao mesmo tempo, essa vaga de ações coletivas no campo permitiu a identificação de adversários comuns: os grandes proprietários de terra, as empresas agro-industriais nacionais e internacionais, e as diversas agências do Estado. Enfim, ao longo de três décadas o movimento social dos camponeses e trabalhadores rurais vem propondo a reforma agrária como a expressão unitária de suas múltiplas reivindicações e como a possibilidade de realizar uma democratização substantiva do meio rural brasileiro.

Com a posse do Governo Civil da “Nova República”, em 1985, todas as forças políticas que tinham participado da transição democrática aguardavam as medidas de política agrária. Durante o 4.º Congresso da CONTAG, o Ministro Nelson Ribeiro apresentou a “Proposta para o 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária”, cujo objetivo central era desapropriar as grandes propriedades improdutivas e nelas assentar populações rurais — “trabalhadores sem terra, posseiros, arrendatários, parceiros, minifundistas e assalariados agrícolas” —, perfazendo uma meta global de instalar 1.400.000 famílias entre 1985 e 1989. A estratégia escolhida

4. O campo de conflitos agrários

para obter as terras necessárias era a da “desapropriação por interesse social” das propriedades “improdutivas”, com a previsão de um montante de 410 milhões de hectares de terras pertencentes a proprietários privados latifundiários e outros 71 milhões de hectares de terras públicas.

Tal proposição foi aprovada pelas diversas correntes do movimento dos camponeses e trabalhadores rurais, CONTAG e M.T. SEM TERRA, e por entidades como a CPT e a ABRA—Associação Brasileira de Reforma Agrária; dos partidos políticos, apenas o Partido dos Trabalhadores, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil, mais a “ala autêntica” do PMDB—Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Por outro lado, os adversários da Reforma Agrária mobilizaram-se rapidamente: a burguesia agrária organizou uma reunião em Brasília, em junho de 1985, contrária à desapropriação dos “latifúndios improdutivo”. Pouco a pouco, suas pressões foram sendo dirigidas ao Poder Executivo e junto aos militares, no Conselho de Segurança Nacional, que, já em agosto de 1985, iriam propor novamente a utilização de terras públicas na Amazônia para a instalação de agricultores.

Desta forma, todo o período entre os meses de maio e outubro daquele ano foi marcado pela reação da burguesia agrária e dos militares contra a proposta feita pelo Ministro Ribeiro. Ao ser assinado o 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária, em outubro de 1985, uma série de inversões transfiguraria a proposta inicial: agora a principal estratégia seria a negociação e o acordo com os proprietários; as propriedades com arrendatários e parceiros não poderiam ser expropriadas; e as benfeitorias deveriam ser pagas pelo Estado em dinheiro, enquanto que as terras o seriam por “títulos da dívida agrária”.

Consumadas as modificações, as forças políticas que haviam apoiado a proposta anterior começaram a criticar o 1.º PNRA. O próprio Presidente do INCRA, órgão de execução do Plano, demitiu-se por profundo desacordo com os termos enfim decididos (Silva, 1987). Todas as entidades sindicais seriam agora contrárias ao 1.º PNRA: a CONTAG e o M.S. SEM TERRA, ambos enfatizaram que o carácter amplo da reforma agrária estaria impossibilitado pela não-desapropriação das propriedades improdutivas. Do lado contrário, os representantes da burguesia agrária manifestaram-se em favor do Plano, reconhecendo que ele fornecia garantias aos proprietários fundiários. Mesmo assim, logo

passaram a obstaculizar as tentativas de desapropriação realizadas pelo INCRA, movendo ações judiciais contra os atos desapropriatórios, ações que em sua maioria tiveram decisões favoráveis por parte do Poder Judiciário.

Todas as tentativas de aplicação do 1.º PNRA não foram além de 1987, pois não só as modificações institucionais foram minando a capacidade política de sua operacionalização, quanto novas medidas governamentais o foram descaracterizando, terminando a CONTAG por retirar sua atitude favorável às tentativas do MIRAD de implementar os assentamentos. Entretanto, tal processo de esvaziamento não foi senão o efeito de ações políticas no campo dos conflitos agrários. Ou seja, as forças sociais presentes na agricultura brasileira tentaram multiplicar seus meios de mobilização política. Do lado dos camponeses e trabalhadores rurais, a diversidade de suas lutas sociais pôde fazer com que as reivindicações por terra, pelo valor do produto e pelas condições de trabalho pudessem alcançar audiência no conjunto da sociedade brasileira. Pelo lado da burguesia agrária, tanto ela utilizou suas alianças com os grupos dirigentes, civis e militares, quanto fez desencadear novas formas de violência no campo.

A violência no campo representa uma forma de exercício do poder local utilizada pelos proprietários de terra para garantir sua posição de classe, pois nos momentos em que a forma de dominação por clientela não mais se revela eficaz para garantir a ordem privada, efetiva-se o trânsito para a violência como forma de dominação. Entretanto, o carácter dessa violência também se transforma: da violência costumeira, incorporada às relações de trabalho na agricultura desde o período escravocrata (Gnaccarini, 1980), passa-se a uma violência política, cujos traços marcantes são a liquidação física dos opositores nos conflitos fundiários, com a impunidade dos mandatários. Exatamente no período em que se debatia a redistribuição fundiária no País, entre 1985 e 1989, manteve-se elevado o número de conflitos pela terra, assim como os assassinatos: 636 conflitos, com 125 mortes, em 1985; 634 acontecimentos, com 105 mortos em 1986; outros 582 conflitos, com 109 assassinatos em 1987; novamente 621 conflitos pela terra em 1988, com 93 mortos; e, finalmente, o registro de 500 conflitos pela terra, com 56 assassinatos, em 1989 (CPT, 1990:37). Tais acontecimentos se estendem por todas as regiões brasileiras, concentrando-se nas regiões Nordeste (principalmente nos Estados da

Bahia, Maranhão e Ceará) e Norte (em particular, nos Estados do Pará, Acre e Tocantins).

O objetivo estratégico dessas ações violentas consiste não apenas em expulsar os camponeses posseiros das terras onde têm morada habitual e trabalho regular, mas fundamentalmente em tentar solapar as possibilidades da organização social e política das populações rurais que protestam. Configura-se assim enquanto uma tecnologia de poder no campo, uma violência política de carácter seletivo, na qual os alvos são personagens capazes de protagonizar ou mediar ações coletivas, de cujas táticas fazem parte as ameaças, as intimidações e mesmo as mortes anunciadas, ao nível local e até pela imprensa. A quase absoluta impunidade de executores e mandantes vem a revelar a violência como forma de dominação, com a convivência, senão participação, do aparelho policial civil e militar. Convivência que se faz sentir também no Poder Judiciário, pois desde 1964 houve apenas 17 julgamentos realizados e não mais de 8 condenações. Tais dados são expressões do desrespeito aos direitos humanos no campo brasileiro, de uma ausência de justiça, pois nesse mesmo período "foi registrado um total de 1.566 assassinatos de trabalhadores rurais, índios, advogados, religiosos e religiosas, e outros profissionais vinculados aos movimentos populares no campo e luta pela terra" (*ibid.*:63).

Nessa mesma época, quando a propriedade fundiária parecia ameaçada, a burguesia agrária constituiu uma nova forma de organização, a U.D.R. — União Democrática Ruralista. Partindo de uma oposição frontal à proposta de reforma agrária, e pela crise de representação política das organizações então existentes, uma fração da burguesia rural lança-se a uma ampla mobilização em várias regiões do País: eram proprietários de grandes e médias fazendas de soja, de trigo e de arroz, e pecuaristas de distintos perfis tecnológicos. Procuravam sempre afirmar uma identidade social de "produtores rurais modernos", no que eram reforçados pela larga experiência em profissões liberais urbanas de seus dirigentes (Bruno, 1988). Conseguindo proclamar 300 mil associados em 1989, sua notabilização resultou do afrontamento, por vezes armado, com dois adversários nos embates fundiários, o M. T. SEM TERRA e os membros das Igrejas ligadas à teologia da libertação. Desta forma, a U.D.R. procurou ampliar sua respeitabilidade junto às entidades da burguesia comercial e industrial, jun-

tas em nome da defesa do “direito de propriedade” e da “iniciativa privada”.

Marcando o desfecho desta conjuntura de conflitos sobre a apropriação da terra, os acontecimentos que se desenvolveram durante a Assembléia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, expressam as origens agrárias das formas de dominação vigentes na sociedade brasileira. Todas as organizações políticas acima mencionadas lá estavam presentes, com a U.D.R. assumindo um papel de ponta, para defender posições muito precisas: propunham a inclusão da reforma agrária em uma política de desenvolvimento agrícola; queriam a salvaguarda das “propriedades produtivas”, com o que definiam as terras públicas como o fundo privilegiado para o assentamento de agricultores, significando realmente um retorno a uma política de colonização; enfim, eram favoráveis à expansão de uma agricultura tecnologicamente moderna e mercantilizada. Após ter provocado grandes impasses no período das votações, mais do que qualquer outro item da pauta, as organizações da burguesia agrária conseguiram ser vitoriosas em suas propostas contra a redistribuição fundiária e em defesa da propriedade rural, pois a Constituição Federal de 1988 terminou por impedir a desapropriação para fins de reforma agrária não só da pequena e média propriedade rural, mas também da “propriedade produtiva” (Art.185). Desta forma, a mobilização política das organizações da burguesia agrária, secundadas pelo emprego da violência contra as populações rurais organizadas, conseguiram alianças com os setores de direita no Congresso Nacional, fazendo com que a possibilidade de uma redistribuição fundiária permaneça ainda longínqua na sociedade brasileira.

143

As realizações do 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária são reveladoras das formas de dominação vigentes na sociedade brasileira contemporânea. Se o objetivo inicial fora assentar um milhão e quatrocentas mil famílias, de 1985 a 1989, os dados oficiais indicam o irrisório número de 44.165 famílias instaladas, até fevereiro de 1990, em 515 programas de assentamento, os quais cobrem 4.537.983 hectares. Do ponto de vista regional os assentamentos foram realizados sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Norte.

Trata-se, assim, do efeito das mobilizações políticas da burguesia agrária contra o movimento social dos camponeses e trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, ressalta um conflito

5. Conclusão

social em torno da propriedade fundiária, o qual define também um dos fundamentos das estratégias de dominação vigentes na sociedade brasileira. Ao nível das organizações políticas dos camponeses e trabalhadores rurais, a última conjuntura política em torno da reforma agrária também provocou consequências de resultados ainda imprevisíveis. O denominado "Complexo Contag", corrente sindical ligada à diretoria da confederação nacional, foi a que mais sustentou o 1.º P.N.R.A., até os decretos de outubro de 1987; contudo, não conseguiu evitar uma profunda crise de sua legitimidade, dado que mais uma vez parece ter funcionado a política de cooptação, e as bases sindicais começaram a ser atraídas por outras correntes do movimento sindical.

Desenrola-se, assim, um conflito pela representação legítima dos camponeses e assalariados agrícolas, que opõe novamente táticas de cooptação e de representação: ou a aceitação da lógica do Estado, por vezes próxima de uma cogestão, como no caso da política de reforma agrária, entre 1985 e 1987; ou a configuração de uma prática sindical de representação dos interesses dos camponeses e trabalhadores rurais. Na primeira posição, poderíamos situar o "Complexo Contag", durante seu apoio ao 1.º P.N.R.A., o que acarretou uma grave crise do movimento sindical, ainda não solucionada. Na segunda posição, colocaríamos o Movimento dos trabalhadores sem terra, os sindicatos municipais articulados ao departamento rural da Central Única dos Trabalhadores, consolidado em 1990, e as Associações de Produtores. Por outra, se a Constituição Federal de 1988 mantém a unicidade sindical ao nível municipal, ela permite a pluralidade ao nível estadual e federal do movimento dos trabalhadores na agricultura, o que deixa em aberto um feixe de possibilidades de organizações sindicais.

Em conclusão, o processo de organização dos agricultores precisa ser situado no contexto da formação social capitalista dependente no Brasil. A estrutura social tão desigual e conflitiva desta formação social obriga a separar as organizações das classes dominantes agrárias daquelas formadas pelos camponeses e trabalhadores rurais. Para aqueles, as formas de organização são muito mais antigas, datando do fim do século XIX. Para estes, se suas formas de protesto foram diversificadas — do messianismo ao banditismo social, das ligas camponesas aos sindicatos, das comissões de base às associações de produtores —, suas possibilidades de articulação regional e nacional somente se

realizam a partir dos anos 1950. Esta diferença dos períodos de fundação das organizações rurais seria por si só reveladora das formas de dominação política na sociedade agrária brasileira: por um lado, as classes dominantes sempre utilizaram como tecnologia de poder o clientelismo e a violência costumeira e política; por outro, o Estado recorreu sistematicamente a uma política de colonização de novas terras, modo de programar a disciplinarização das populações rurais e de contornar as pressões por uma redistribuição fundiária. Em suas trajetórias ao longo deste século, os camponeses e os trabalhadores rurais forjaram lutas sociais diversificadas, lutas pela terra, pelo valor do produto e pelos direitos do trabalho, reivindicando assim direitos de cidadania e ajudando a construir o inacabado processo de democratização da sociedade brasileira. ■

Referências Bibliográficas

- | | | | |
|-----|----------------------------------|------|--|
| | Anais do 1.º Congresso | 1985 | <i>Anais do 4.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.</i> Brasília, CONTAG (dezembro). |
| | Bastos, Elide Rugai | 1984 | <i>As Ligas Camponesas.</i> Petrópolis, Vozes. |
| | Bruno, Regina | 1988 | "UDR : os Sem-Terra dos Patrões", in <i>Anais do 12.º Encontro – PIPSA.</i> Botucatu, FCA/UNESP, Vol. IV (1598-1652). |
| 146 | Bursztyn, Marcel | 1984 | O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Petrópolis, Vozes/CNPq. |
| | C.P.T. | 1990 | <i>C.P.T. – Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo: Brasil 1989.</i> |
| | D'Incao, Maria Conceição | 1984 | <i>A Questão do Bóia-Fria.</i> São Paulo, Brasiliense. |
| | Garcia Jr., Afrânio | ? | "Libertos e Sujeitos: Sobre a Transição para Trabalhadores Livres do Nordeste, Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Vol.3, N.º 7 (5-41). |
| | Gnaccarini, José Cesar | 1980 | <i>Latifúndio e Proletariado.</i> São Paulo, Polis. |
| | Gomez, Sergio | ? | "Organizações Empresariais Rurais na América Latina: o Caso do Brasil e do Chile", Revista Reforma Agrária, Campinas, ABRA, Vol. 17, N.º 2 (4-16). |
| | Ianni, Octávio | 1975 | <i>Sociologia e Sociedade no Brasil.</i> São Paulo, Alfa-Omega. |
| | Julião, Francisco | 1968 | <i>"Cambão" (le joug): la face cachée du Brésil.</i> Paris, F. Maspero. |
| | Medeiros, Leonilde Sérvolo de | 1989 | <i>História dos Movimentos Sociais no Campo.</i> Rio de Janeiro, FASE. |
| | Moraes, Plínio Guimarães | ? | "Algumas Observações sobre o Estudo das Classes Dominantes na Agropecuária Brasileira", <i>Revista Reforma Agrária</i> , Vol. 17, N.º 2 (17-33). |
| | Moraes, Clodomir dos Santos | 1990 | <i>A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).</i> Genebra, O.I.T. |
| | Nunes Leal, Victor | 1975 | <i>Coronelismo, Enxada e Voto.</i> São Paulo, Alfa-Omega, 2.ª ed. |
| | Pereira de Queiroz, Maria Isaura | 1976 | O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira. São Paulo, Alfa-Omega. |
| | Pompermayer, Malori J. | 1982 | <i>Estratégias do Grande Capital na Fronteira Amazônica Brasileira.</i> Belo Horizonte, UFMG-Estudos Pecla 1 (3). |
| | Sigaud, Lúgia | 1980 | <i>Greve no Engenho.</i> Rio de Janeiro, Paz e Terra. |
| | Silva, José Gomes da | 1987 | <i>Caindo por Terra: Crise da Reforma Agrária na Nova República.</i> São Paulo, Busca Vida. |

- | | | |
|--|------|--|
| Sindicatos | 1989 | Sindicatos: <i>Indicadores Sociais</i> . Rio de Janeiro, FIBGE, Vol. 1. |
| Souza Martins, José de | 1981 | Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Vozes. |
| Souza Martins, José de | 1986 | O Cativo da Terra. São Paulo, Hucitec, 3. ^a ed. |
| Tavares dos Santos, José Vicente | 1990 | Matuchos, o Sonho da Terra. Petrópolis, Editora Vozes. |
| Tavares dos Santos, J. V.; Grando, Marinês; Brumer, Anita; Jalfim, Anete | 1989 | "Agro-indústria e Lutas Sociais (a Complexidade das Lutas Sociais em Torno do Valor do Produto)", in <i>Ensaio FEE</i> . Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, ano 10, n. ^o 2, (266-284). |